



Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos: a contribuição de uma mulher negra na construção dos movimentos de mulheres e feministas.

TAUANA OLIVIA GOMES SILVA*

Resumo

Durante a ditadura militar (1964-1985) é possível observar a participação das mulheres negras em diferentes movimentos reivindicativos, especialmente nos movimentos de mulheres e nos movimentos de esquerda. Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos, a Santinha, aderiu ao partido comunista ainda adolescente sob a influência do pai, e foi no interior desse grupo que ela começou a se interrogar sobre a questão feminina e o papel secundário da mulher na sociedade. Em 1975, na cidade do Rio de Janeiro, Santinha participou dos eventos de comemoração do Ano Internacional da Mulher, que conduziram a criação do Centro da Mulher Brasileira (CMB), primeira organização feminista constituída nessa nova fase. No contexto de abertura política da década de 1980, as práticas reivindicativas de Santinha visavam sobretudo a uma participação direta na gestão das políticas públicas. Em 1983, ela e outras feministas participaram da formação do PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher. Porém, esse período foi constituído por diferentes disputas de poder entre os diversos movimentos de mulheres e movimentos de mulheres negras em torno das questões da saúde reprodutiva feminina, como a regulamentação da esterilização cirúrgica. Partindo dessa rápida descrição, este texto visa a analisar as contribuições de Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos na formação dos movimentos de mulheres e feministas durante o período ditatorial. O trabalho pretende também discutir as divergências e redes de solidariedade entre as militantes negras dos diferentes movimentos feministas em relação aos problemas ligados à saúde reprodutiva das mulheres. Finalmente, busco analisar, à luz do engajamento político de uma mulher negra, Santinha, as diferentes articulações de militância entre os movimentos de esquerda e de mulheres no período da ditadura militar brasileira.

Palavras-chave- Mulheres Negras, Movimento Feminista, Movimento de Esquerda.

Esse feminismo (...) é vida. Ele é um medicamento maravilhoso pra desigualdade do mundo (...). Se a gente tomasse um gole dele todo dia, nós trabalharíamos pela igualdade, pela não discriminação, pelo não racismo, certo? (SANTOS, 2005: 19)

As mulheres negras participaram ativamente dos movimentos sociais e políticos contra a ditadura civil-militar, e, a partir de 1984, do processo de redemocratização do país. Nesse artigo, focaremos as ações da militante Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos, mais conhecida como Santinha, durante esse período.

Maria do Espírito Santo ingressou no partido comunista maranhense sob a influência do pai, que ela descreve como alguém de extrema importância na sua vida e que sempre a incentivou a ter uma profissão valorizada no mercado de trabalho, assim como a ser

* Doutoranda em História pela Université Rennes 2- Haute Bretagne, França, em cotutela com a Universidade Federal de Santa Catarina UFSC. E-mail: tauana.olivia@gmail.com

independente. Nessa busca de uma profissão considerada "igual a de homem", segundo as palavras de seu pai, Maria do Espírito Santo optou por estudar a medicina. Porém, logo após, ainda durante seus estudos universitários em São Luís, quando decidiu se especializar na área da cirurgia começou a perceber certos obstáculos ligados ao papel social e profissional da mulher.

Meu pai (...) é um cara que teve uma influência na minha vida muito grande. (...) Meu pai era um negão imenso, e minha mãe branquinha, de um cabelo liso, na cintura. Mas meu pai começou a me mostrar a vida dizendo a necessidade de você trabalhar e ser igual. (...) Ele me falou da menstruação, e a primeira menstruação foi ele que trouxe... Nem sabia o que era Modas naquela época. Um paninho pra que eu pudesse utilizar. Ele me ensinou a fumar. Ele me ensinou a beber. E eu tinha uma identidade muito forte com ele, muito forte. (...) Dentro dessa busca da igualdade ele foi me dizendo que eu deveria escolher uma profissão que fosse igual à de homem. E a que ele via mais igual era a profissão de médica. Eu concordei com ele na época. Fiz o vestibular, passei em quarto lugar, e queria fazer cirurgia. Aí foi o primeiro embate que eu tive na vida, entende? Em 73. Por que o primeiro embate? Não tinha espaço pra mulher fazer cirurgia no interior do Maranhão. No Maranhão, em São Luís. (...) E aí não tinha espaço, certo? Santinha, você é louca. Você tem que fazer pediatria, no máximo ginecologia. Só quem faz... Aí eu comecei a sentir que tinha uma coisa me incomodando, me incomodando mesmo. E fiz o curso, terminei o curso... 73. Sendo que os 2 últimos anos eu fiz no Rio de Janeiro. E nessa época, quando eu saí do Maranhão, eu já militava com meu pai no Partido Comunista Brasileiro. O velho "partidão" (SANTOS, 2005:3).

Maria do Espírito Santo iniciou seus estudos de medicina em São Luiz, no Maranhão, contudo os dois últimos anos da sua formação acadêmica foram realizados no Rio de Janeiro, momento no qual ela entrou também em contato com o Partido Comunista carioca. Assim, em busca de um maior espaço para o exercício da medicina, e tendo como principal objetivo profissional a realização de uma especialização na área da cirurgia, Maria do Espírito Santo acreditava que no Rio de Janeiro -centro econômico e cultural- haveria uma maior abertura e um estilo de vida mais propício para as mulheres que decidiam ingressar em certas áreas da medicina.

A maranhense Maria Aragão, mulher negra e militante do Partido Comunista e da Federação de Mulheres do Brasil, já apontava no jornal *Imprensa Popular*, em 1951, as dificuldades encontradas pelas mulheres que optaram pelo exercício da medicina como profissão. Ela aponta, além disso, a maneira como conseguiu se inserir como profissional da saúde nas classes mais altas de São Luiz.

Foi ainda sob o calor da campanha pela anistia em 1945, que Maria Aragão chegou em S. Luiz, depois de alguns anos de ausência da terra natal. Havia ingressado no Partido e voltava cheia de esperança no futuro para, não só exercer sua profissão de médica, como para dedicar a maior parte de sua vida às grandes

lutas do proletariado. (...) Mantém um posto médico no bairro operário do Anil, onde receita e distribui remédios para os pobres. Ao chegar em S. Luiz improvisou seu consultório no modesto quarto da pensão, onde se hospedara. Sua clientela continuava a mesma dos subúrbios. Mais tarde vimos senhoras ricas a procurá-la. Maria nos explicou:- As patroas mandavam as empregadas se receitarem comigo. Acontecia que ficavam curadas e isto era uma boa propaganda. As patroas passaram a me procurar, daí a razão de muitas clientes ricas. (VIEIRA, 1951:2)

Certamente, a realidade profissional e econômica das mulheres negras diplomadas também era (e ainda é) repleta de obstáculos e desvalorizada nas várias outras regiões do Brasil. Segundo a autora norte-americana Bell Hooks, o sexismo, o racismo e a exploração de classe das sociedades estruturadas sob o sistema escravagista, criaram diferentes barreiras- que ainda são atuais- às mulheres negras que optam pelo trabalho intelectual (HOOKS, 1995, p. 467). Dessa maneira, Maria do Espírito Santo teve que enfrentar diversas objeções quando decidiu estudar a cirurgia, uma área da medicina majoritariamente masculina e sobrecarregada de uma série de hierarquias. Como narra a militante, houve uma forte pressão para que ela se especializasse na área da pediatria ou na área da ginecologia, espaços da profissão historicamente definidos como femininos. Essas oposições direcionadas à sua escolha profissional marcou definitivamente sua posição crítica sobre a questão feminina e o papel secundário da mulher na sociedade. Maria do Espírito Santo se interrogava: "Eu quero aprender igual ao homem, eu quero ser igual. (...) Que não pode fazer cirurgia, que isso é coisa de homem, isso não existe. Onde é que está escrito? E só eu tendo competência igual a do homem que eu posso dizer que isso não é verdadeiro" (SANTOS, 2005:7).

Todavia, em seguida, logo após sua chegada ao Rio de Janeiro, Maria do Espírito Santo começou a se questionar se deveria escolher uma especialização na área da cirurgia ou uma especialização na área das doenças infectocontagiosas e parasitárias. No final do ano de 1974, tendo como perspectiva associar a sua carreira profissional de médica com a sua trajetória política e as demandas do partido, Maria do Espírito Santo decide se especializar nas doenças infectocontagiosas e parasitárias, que eram consideradas por ela doenças proliferadas, principalmente nas camadas mais desfavorecidas da sociedade.

Aí eu vim pra cá, fiz o quinto e o sexto ano. Aí resolvi fazer doenças infecto-contagiosas e parasitárias, com base na questão do Partido mesmo. Com essa especialidade eu vou atender o povo. Certo? Quando eu fizer doença infecciosa eu vou trabalhar com todas as doenças que o povo está morrendo. Eu vou aprender e poder ajudar essas pessoas. Aí eu fiquei assim, numa divisão entre a cirurgia... Não dá pra ter divisão. Mas eu fiquei assim, eu faço cirurgia, ou faço isso aqui, doenças infecciosas e parasitárias. Os parasitas todos, os vermes, isso e tal. Aí resolvi... (...) Aí fui pra UERJ, fui primeiro pro Hospital São Francisco de Assis da UFRJ, morei no hospital, e aprendendo e tratando as doenças todas que pintavam lá (SANTOS, 2005:4).

Durante sua formação universitária Maria do Espírito Santo aponta também seus primeiros contatos com o feminismo.

Eu fiz residência em ... saúde do trabalhador, fiz residência em saúde pública, e mestrado em medicina social, e aí na medicina social, também eram só pessoas de esquerda, né, e, pela UERJ, ... é, ali a gente já começou com o feminismo, com a Madel Terezinha Luz, trabalhando conceitos importantes, pessoas que a gente não esquece, a Nina Pereira Nunes, um poço de competência política e técnica, afetuosa, quase mãe. E ajudou a construir aquele mestrado. ..., eu acho que a prática transformou, ou construiu a essência do feminismo. Naquele ambiente acadêmico, um pouco distante do dia a dia (SANTOS, 2005:24).

Nesse período, Maria do Espírito Santo relata igualmente sua tomada de consciência como mulher negra. Segundo Pereira, negro é “(...) todo aquele que possui na cor da pele, no rosto ou nos cabelos, sinais característicos dessa raça (...)” (PEREIRA, 2010:99).

(...) Eu, pra reconhecer que era negra, eu tinha 23 anos de idade. Até então eu me sentia “morena clara”. Aí fui me dando conta que eu era negra. E aí, não foi uma coisa de uma hora pra outra. Hoje eu me considero uma negra. Aí “n” locais que eu vou e faço um discurso de que sou negra, aí a pessoa “não Santinha, tu não é negra, tu é mulata”. “Não, Santinha, tu é morena”. Cada qual dá a sua cor. E eu me jogo lá na negritude. Mas isso é um processo. Antes eu não era negra. Antes eu não era feminista, hoje eu sou uma feminista assumida. Então acho que é um processo teu (SANTOS, 2005:20-21).

Após essa breve descrição da trajetória de Maria do Espírito Santo durante seus estudos universitários, propõem-se as seguintes questões para o desenvolvimento desse trabalho: quais foram as principais contribuições de Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos na formação dos movimentos de mulheres e feministas no Brasil? Quais foram suas principais divergências e redes de solidariedade com as militantes negras dos outros movimentos de mulheres e feministas? Em que medida esses vínculos contribuíram para suas mobilizações políticas e seus engajamentos na obtenção de direitos sociais?

Em 1964, com a instauração da ditadura civil-militar, diversos setores populares da sociedade brasileira como os grupos de esquerda e de mulheres começaram a atuar na clandestinidade. Uma parte importante dos movimentos feministas estava articulada aos movimentos de orientação marxista, comprometidos com a oposição à ordem política vigente e com a luta visando à superação das classes (SARTI, 2004: 36). Nos anos 1970, Maria do Espírito Santo, militante do Partido Comunista, assinala certos debates em torno da "questão da mulher" no interior desse grupo político.

E aí continuei no Partido. Então, 75. Quando eu tava no partido, cada uma das bases, pequenas bases, eram acompanhadas por uma pessoa antiga do Partido. E quem me acompanhava era (...) Oswaldo, uma figura assim maravilhosa do

“partidão”, e ele levantava o seguinte: “Santinha, quando você...”. (...) “Quando você levanta, o que você quer? Igualdade de homem e mulher na sociedade”. Era a única palavra que eu sabia colocar assim inteira. Igualdade entre homens e mulheres. E ele disse assim, “Isso é o próprio grito do movimento feminista, e eu acho que você tem mais a ver com ele, e você tem que criar isso no Brasil.” Isso aí me fez, pensar nisso permanentemente (SANTOS, 2005:6).

Maria do Espírito Santo considera que "(...) o Partido Comunista teve um papel fundamental na criação do movimento." Ela declara: "Eu não diria que foi o Partido" (SANTOS, 2005:14), portanto Maria do Espírito Santo admite um diálogo em favor da consolidação das organizações feministas no interior desse grupo político. Assim, foi a partir da militância partidária que ela se tornou sujeito do feminismo.

Ele abriu espaço mostrando “te organiza, mulher, tem espaço pra vocês se organizarem”. E aí quando eu fui, quando eu comecei o Centro da Mulher Brasileira, eu coloco isso até hoje, eu fui com a cabeça de “partidão”: “eu vou pra cá pra ganhar a cabeça das pessoas pra entrar no Partido Comunista”. Aí o que estava discutindo nos grupos ganhou minha cabeça. Discutindo assim, as linhas. O cotidiano. Esse cotidiano que era meu. Cheio de dificuldades...de conflitos. Então, essa reflexão foi me ganhando (SANTOS, 2005:14).

Desde o início dos anos 1970, estabeleceu-se entre as mulheres que tinham certas afinidades políticas o hábito de se reunirem em torno de grupos de reflexão. Convém ressaltar que vários desses grupos de reflexão eram compostos por mulheres das classes médias, intelectualizadas e de esquerda, assim como eram formados também por algumas mulheres que já haviam residido nos Estados Unidos e/ou na Europa (PEDRO, 2006:258-259). A partir dos anos 1960, esses países do hemisfério norte foram caracterizados por um momento de grande agitação política, de revolução dos costumes e de renovação cultural (GONÇALVES, 2009, p.2). Dessa forma, as ideias introduzidas através das mulheres que haviam morado no exterior foram essenciais para o desenvolvimento das críticas coletivas sobre a condição feminina no Brasil.

Maria do Espírito Santo aponta como esses grupos de reflexão foram se organizando nesse período:

(...) Nos grupos de reflexão você se mostrava: “eu sou Santinha, eu sou Jaqueline, eu sou fulana, eu sou Moema Toscano...” E a gente ia sentindo quais eram as dificuldades da outra, qual eram as preocupações das outras, o quê que você queria resolver nesse mundo, qual era a tua busca, qual era o teu sonho. Entende? Em termos de “você mulher”. O quê que tu querias fazer para melhorar a tua situação no mundo. E a gente foi se dando conta que a gente queria – foi muito interessante esse período e lindo... Porque, eu falava pra ti e aí tu já trazia uma colega. Aí no outro sábado tinham mais quatro pessoas novas, quatro mulheres. Ávidas pra falar. Pra ouvir (SANTOS, 2005:7).

A feminista Sandra Maria da Mata Azeredo, que também se reconhece como negra, narra sua participação em grupos de reflexão estruturados na cidade do Rio de Janeiro,

Nos Estados Unidos eu não pertencia a nenhum movimento, nada. Eu não fui lá jogar... rasgar sutiã, nada disso. (...) Quando eu voltei dos Estados Unidos em 73 eu fui procurada pela Branca Moreira Alves, Jacqueline Pitanguy, que já estavam constituindo um grupo feminista. Todas elas já tinham tido contato no exterior com o feminismo, e elas estavam fazendo mestrado no IUPERJ onde o Renato, esse meu ex-marido trabalhava. Então elas...ah sua mulher, quem é sua mulher? Ele falou e elas foram à minha casa me convidarem pra eu participar do grupo delas. Ai sim, eu entro para o grupo de reflexão feminista... Um grupo de reflexão feminista é um grupo que te marca mesmo, e muda mesmo a sua vida, né. Então, é basicamente isso.(...) Nós reuníamos toda semana, e isso também mudou muito a minha visão, porque a gente sentava lá né, no grupo... Primeiro, antes de ficar esse grupinho maravilhoso que depois nós escrevemos o livro¹, era um grupão enorme com mulheres do movimento de esquerda, porque era a hora que a gente estava conseguindo...73...74... (...) Já era Geisel não era mais o Médici... É. Já havia alguma possibilidade. Era um grupo de consciência...era um grupo de consciência. (...) Grupo de Reflexão Feminista... (AZEREDO, 2003:7-8-15-16).

Durante os anos 1970, o Brasil também foi marcado por um processo de modernização e de efervescência social e cultural que conduziu as mulheres ao questionamento das tradicionais hierarquias que naturalizavam o poder masculino, assim como às reivindicações em favor da livre disposição de seus corpos, do direito a sexualidade e ao prazer. Uma das palavras de ordem era: "Nosso corpo nos pertence".

Esse decênio foi caracterizado por uma revolução dos comportamentos afetivos e sexuais que transformaram consideravelmente o mundo privado. Nota-se nesse período maiores oportunidades para as mulheres na obtenção de métodos anticoncepcionais, recursos às terapias psicológicas, à psicanálise e discussões em torno das sexualidades, do divórcio e da violência doméstica (SARTI, 2004, p. 39).

Maria do Espírito Santo também assinala determinados debates sobre o aborto e o planejamento familiar.

(...) A gente entrou na questão (...) de saúde. E aí a gente via que não tinha um programa de saúde da mulher. A saúde era formal, a Organização Mundial de saúde definia, a Organização Pan-Americana de Saúde definia, e no Brasil, quando a gente entrava e tocava a questão de saúde da mulher, ela era o mínimo. O Programa que existia era "Programa Materno-Infantil", como se fossemos apenas útero, nascidas para engravidar ou controlar a natalidade, principalmente as mulheres pobres e negras. A Política de Controle da Natalidade era muito forte em nosso país. Queríamos ser tratadas como um ser integral, com mente, coração, útero, com direito de ter ou não ter filhos – abortar- planejar nossa família. E aí definimos: "nós precisamos de um Programa de Saúde da Mulher". E aí nós

¹ ALVES, Branca Moreira; Pitanguy Jacqueline; BARSTED, Leila Linhares; RIBEIRO, Mariska; BOSCHI, Sandra; 1981.

começamos a fazer grupos de trabalho específicos sobre os temas. (...) (SANTOS, 2005:8).

Sandra relata como os tópicos sobre sexualidade foram sendo inseridos nos movimentos feministas brasileiros nos anos 1970.

Em 73 que eu começo a militância nesse... no Brasil. (...) As mulheres todas que eram de esquerda, eu me lembro, entendeu, a gente falava...não teve aquela famosa briga...é..."há não, sexualidade é coisa de burguesa"? A briga era por aí. Eu sempre achando que sexualidade era coisa mais importante do mundo pra todo mundo...não era só pra burguesa, eu era da turma, né, eu e meu grupo. Tanto que o nosso grupo foi se juntando, porque a gente tinha essa posição sexu... (...) Jacqueline Pitanguy, Leila Barsted, Branca Moreira Alves, Mariska Ribeiro e eu. Acho que cinco. A Mariska é psicóloga também. Duas psicólogas. Branca e Leila são do Direito e a Jacqueline é socióloga. (...) Lembra que eu falei sobre masturbação na minha fala? Pro nosso grupo isso foi importantíssimo falar...Nós falávamos muito sobre a sexualidade de cada uma, o que é que significava e... (...) (AZEREDO, 2003:8-15-16).

Em 1975, esses grupos de reflexão, de caráter privado, obtiveram o patrocínio do Centro de Informações da ONU² e realizaram na Associação Brasileira da Imprensa- AIB, no Rio de Janeiro, um encontro intitulado *O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira*, no qual se reuniram alguns homens e numerosas mulheres. As organizadoras optaram por não usar o termo "feminismo", pois este, muitas vezes, era visto de forma pejorativa e podia assustar as possíveis participantes, assim como a sociedade em geral. Como afirma Sarti, "vivia-se sob fogo cruzado. Para a direita era um movimento imoral, portanto perigoso. Para a esquerda, um reformismo burguês, e para muitos homens e mulheres, independentemente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação antifeminina" (SARTI, 2004:39). Este evento, "quase um encontro de amigas", segundo Pinto (PINTO, 2004:239), apesar de possuir relações com os partidos políticos de esquerda, no conjunto, foi composto por mulheres de tendências políticas diferentes.

Eram quase todas do Partidão. Então, esse foi o processo. Fizemos esse encontro em 75, e fomos aprofundando cada qual em sua área de conhecimento, disso, daquilo, etc. É ótimo. Aí você senta numa mesa e conta essa história (...), apontando fulana, apontando beltrana, e etc etc. Beltrana levanta e fala, e tá se sentindo bem em estar aqui nesse processo de discussão, isso, isso e aquilo. Então foi um encontro lindo. Aí as de São Paulo vieram, e criaram o Centro da Mulher Brasileira de São Paulo. Então você já tinha uma perna em São Paulo. E aí começamos esse processo de discussão em cima de temas específicos. Nesse processo nós fomos acumulando a leitura desses livros, que é registro de uma beleza ímpar, que vai contando o dia-a-dia, escritos por mulheres que traduzem o que as pessoas vão falando: "e Santinha disse isso, e a Rose disse aquilo". Então uma coisa assim, histórica (SANTOS, 2005:9).

² A ONU havia decretado oficialmente o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher.

Além disso, considerando o contexto de repressão política, especialmente dos grupos constantemente vigiados como é o caso das organizações de mulheres, esse encontro representou um risco muito grande para suas/seus participantes, mas, em compensação, também constituiu um importante espaço de atuação feminista.

Quando a gente tava nesse processo de discussão, final do ano de 1975, que foi um ano de registro do feminino no Brasil, nós fizemos o primeiro encontro nacional – olha a ousadia – sobre feminismo. E nós convidamos companheiras que a gente já conhecia de São Paulo, uma aqui uma acolá, mas foi basicamente Rio e São Paulo. E nós fizemos na ABI aqui. E foi uma coisa linda, linda, porque a gente, tu sabes aqueles encontros onde ninguém é importante? Entendes? Todas nós éramos importantes (SANTOS, 2005: 9).

Sandra Maria da Mata Azeredo também participou desse evento:

Participei, e nós preparamos e organizamos juntas... (...) Eu estava na organização, mas assim, meio por fora. Eu tava com criança pequena, enfim, eu não sou um grande nome como Jacqueline, Mariska, esse pessoal todo. Mas, e aí... a partir daí eu nunca mais deixei. (...) A gente saiu, mas é um grupo pra sempre, né? (AZEREDO, 2003:8).

A partir desse evento em 1975, que tinha como objetivo comemorar o Ano Internacional da Mulher foi fundado, alguns dias depois, o CMB- Centro da Mulher Brasileira. Segundo Pedro (2006:252), o CMB visava a proporcionar sobretudo "o estudo, a reflexão, a pesquisa e a análise" das "questões da mulher", tal como promover a estruturação de um departamento de ação comunitária no âmbito local para lidar de maneira tangível com os problemas ligados às especificidades da mulher, e, dessa forma, combater o papel subalterno que esta ocupa na sociedade. Nesse contexto de avanços da luta feminista, Maria do Espírito Santo foi uma das responsáveis pela criação do CMB.

(...) Eu conversei com algumas pessoas (...) e eu disse “eu vou juntar algumas mulheres pra criar uma coisa do movimento de mulheres”. E aí a primeira entidade feminista criada no Brasil foi por nós (...). Eu, Heloneida Studart, Moema Toscano, Fanny Tabak, Leila Linhares, Jaqueline Pitangui... Foi a primeira entidade: Centro da Mulher Brasileira. E a primeira direção do Centro da Mulher Brasileira, eu fiz parte da direção. E algumas figuras, a Lúgia, que já morreu (...). E aí a gente criou essa entidade. Criamos a entidade, legalizamos a entidade, e a gente se reunia todo final de semana (SANTOS, 2005:6-7).

Embora essa organização feminista contasse com militantes originárias de diversas tendências políticas- liberal, radical e marxista ortodoxo- no início, o CMB seguiu mais uma linha liberal e, a partir de 1977, tornou-se cada vez mais de orientação marxista. Essa onipresença dos grupos políticos, principalmente do PCB, criou tensões entre o que era considerado por um lado "lutas específicas", ou seja, grupos de reflexão, lutas pelo direito ao

corpo, pela sexualidade, pela liberação da mulher, contra a supremacia masculina, e, por outro lado, "lutas gerais", isto é, luta em prol da redemocratização, pela anistia, e contra o regime autoritário. Nesse sentido, as reivindicações feministas, normalmente classificadas como "lutas específicas", eram julgadas burguesas e responsáveis pela ruptura da luta geral, que no contexto de ditadura militar era vista, por muitas, como prioritária (SOIHET, 2007:242-243). Assim, as lutas específicas que frequentemente se manifestavam no CMB durante esse período "eram reivindicações de creches, 'controle da natalidade, legislação protetora do trabalho feminino'" (PEDRO, 2006:263).

Havia também uma crítica em direção às militantes que intentavam desenvolver trabalhos e debates focalizados em tópicos como sexualidade, contracepção, aborto e violência. Em 1978, essas ativistas propuseram ao CMB uma jornada sobre "saúde e reprodução" que deveria acontecer no I Encontro Nacional de Mulheres, previsto para o ano de 1979. Nesse seminário deveriam ser discutidos os projetos de controle da natalidade, a mulher e a anticoncepção e o aborto. Portanto, esses temas que eram considerados tabus, logo fizeram eclodir as divergências entre as organizadoras.

Um grupo de 21 mulheres, do qual fizeram parte algumas sócias fundadoras da CMB, assinaram um documento chamado "Documento das 21" que exigia transformações na organização visando à inclusão de temáticas próprias ao feminismo. Contudo, face às resistências e aos conflitos as 21 ativistas decidiram se reunir fora do CMB e criaram, em abril de 1979, o Coletivo de Mulheres. O grupo CERES, do qual fazia parte Sandra Maria da Mata Azeredo, efetuou uma pesquisa sobre a identidade social e sexual da mulher em 1978-1979, e, sem romper totalmente como o CMB, manteve-se no seu grupo de reflexão independente que existia antes de 1975 (SOIHET, 2007:241-244).

Segundo Soihet (2007:249), Maria do Espírito Santo permaneceu no CMB, porém, apesar da sua militância partidária e do seu vínculo com as "lutas gerais", ela também se empenhou nas atividades destinadas à introdução das questões feministas na entidade da qual foi uma das fundadoras. "Quando a gente começou a pensar com outros olhos a questão da saúde da mulher e fazer uma íntima relação entre saúde e sexualidade, a gente entrou na discussão" (SANTOS, 2005:26).

No intuito de difundir os debates em torno da luta pela saúde, direitos reprodutivos e descriminalização do aborto, tal como modificar o programa de saúde da mulher, Maria do Espírito Santo começou a participar das mobilizações das mulheres no interior das instituições

governamentais. No período de redemocratização, as práticas reivindicativas das mulheres visavam não apenas ao atendimento de demandas, mas também à participação direta na gestão de políticas públicas.

E a gente se deu conta que esse foi um dado assim extremamente importante que a gente começou a...teve clareza dele a partir do começo da década de 80, foi o seguinte: "Não adianta nós ficarmos aqui. Nós já sabemos o que queremos, ou pelo menos parte do que queremos. Temos que entrar nas políticas públicas. Só dentro da política pública nós poderemos modificar essa política." Foi quando eu fui, em 83, com outras feministas para Brasília e a gente criou o PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher. Que é uma coisa que existe de 83 pra cá... (SANTOS, 2005: 9, 10).

O Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) foi elaborado pelo Ministério da Saúde em 1983 e apresentado à população como uma nova e diferenciada abordagem da saúde da mulher. Os movimentos de mulheres, em geral, apoiaram a criação do PAISM, pois este representava uma resposta concreta às suas demandas por um serviço voltado para a saúde das mulheres. A proposta foi constituída por uma comissão especialmente convocada pelo Ministério da Saúde (MS), formada por três médicos e pela socióloga Ana Maria Costa. Como relata Maria do Espírito Santo, "fui eu, Ana Costa, mais umas três ou quatro da área da saúde. Aí depois, Ana Costa morava em Brasília, já ficou lá pra coordenar. Ela foi a primeira coordenadora (...) em Brasília." (SANTOS, 2005:10)

As mulheres se queixavam que os médicos as viam somente como úteros gravídicos, de modo que todos os programas se concentravam no cuidado materno-infantil. Nesse sentido, o PAISM reivindicava um programa integral voltado para a saúde das mulheres desde a infância até a velhice: atendimento clínico-ginecológico aperfeiçoado, educação sexual, saúde mental, doenças causadas pelo trabalho dentro e fora do lar, controle de doenças transmitidas sexualmente, do câncer cérvico-uterino e mamário e assistência para concepção e contracepção. "Em termos pragmáticos, que o médico, ao prestar assistência concebesse a mulher como um ser completo, não apenas portadora de um corpo, mas vivendo em momento emocional específico e inserida em um determinado contexto socioeconômico" (OSIS, 1998: 29).

Porém, segundo Maria do Espírito Santo, havia também discussões em torno do tema aborto.

E modificamos totalmente o antigo. E aí criamos um programa onde discutíamos a nossa sexualidade, nosso corpo, discutia tudo isso, discutia a questão do aborto, discutia... E isso nos dava uma assistência totalmente diferenciada, entende? Nós

queremos ginecologista, nós queremos obstetra, nós queremos isso, tam, tam, tam... e essa foi uma questão importante (SANTOS, 2005:10).

Edna Roland, uma das fundadoras do Geledés e membro do Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de São Paulo- primeiro órgão do governo destinado a atuar em prol dos direitos das mulheres-, aponta igualmente os debates em relação à descriminalização do aborto.

(...) O aborto, é nós trabalhamos muito com a questão do aborto no... Eu fui a coordenadora do programa de saúde do Gélédés né (...) E então é junto com a Mazé que era essa do Coletivo que foi minha coordenadora na prefeitura, ela era do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde que também teve muito trabalho com o aborto, Margareth Arilha que fundou a ECOS e eu representando o Gélédés, nós três organizamos dois seminários nacionais sobre (...) mortalidade da Mulher (ROLAND, 2014:25).

Porém, o tema da saúde reprodutiva, com um recorte racial, adquiriu força no campo do feminismo e ganhou visibilidade somente após denúncias de esterilizações cirúrgicas entre as mulheres negras. Esse debate começou em 1982, após o discurso do economista Benedito Pio da Silva, membro de um dos grupos de assessoria e participação (GAP) do governo de Paulo Maluf, no estado de São Paulo. O objetivo do GAP, liderado por Benedito, era realizar o controle de natalidade da população negra e parda através da esterilização cirúrgica, sob o pretexto de que essa prática reduziria a miséria no país.

Além disso, as campanhas publicitárias elaboradas no momento da inauguração do Centro de Pesquisa e Assistência em Reprodução Humana (CEPARH), criado em 1986, em Salvador, e, dirigido pelo médico Elsimar Coutinho, acentuaram ainda mais o viés racial nas ações políticas direcionadas à saúde reprodutiva (DAMASCO; MAIO; MONTEIRO, 2012:138-139). Segundo militantes negras, tais como Luiza Bairros e Diva Moreira, o médico Elsimar Coutinho, tendo como finalidade convencer a população da necessidade do controle da natalidade, instalou *outdoors* na cidade de Salvador com fotos de mulheres e crianças negras com a seguinte frase: "Defeito de Fabricação".

Tinha um médico lá em Salvador (...) que mandou colocar... Ele criou uma organização né ou tinha uma clínica relacionada com, digamos direitos reprodutivos. E ele mandou instalar (...) outdoors imensos em Salvador num é, aí nesses outdoors você tinha a imagem de uma mulher negra grávida ou já com a criança e aí a frase era "defeito de nascimento", uma coisa assim (MOREIRA, 2014:30).

Maria do Espírito Santo participou ativamente dos debates sobre o controle da natalidade no Brasil. Além das suas atividades no PAISM, ela também foi entrevistada no programa do Jô Soares, momento no qual se opôs às práticas do médico Elzimar Coutinho.

(...) O Jô Soares pediu uma referência para discutir o tema, deram meu nome. Aí eu participei do programa do Jô e eu, acanhei muito o Jô Soares. Todo mundo vai e meio que sacode a cabeça pra ele. O Jô Soares tendia a ficar do lado do Elzimar Coutinho. Aí eu levantei "n" coisas, e aí o programa teve uma repercussão muito grande, passou umas 4 vezes mais, por pedido das pessoas, etc. (...) Foi um auê, porque era o Jô Soares estava no auge, certo? Fui me atracar com aquele médico lá da Bahia, Elzimar Coutinho, ele queria que a mulher não menstruasse mais, né? Começasse desde cedo a tomar hormônio, fazendo com que não engravidasse nunca. Era um projeto explícito de controle de natalidade e o enfoque eram as mulheres pobres e negras (SANTOS, 2005:22).

No ano de 1986, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) revelou determinados dados sobre os métodos contraceptivos utilizados pelas mulheres, nos quais a pílula e a esterilização aparecem como os mais recorrentes. A esterilização, que é um método definitivo financiado pelo governo e por órgãos internacionais desde a década de 1960, era demasiadamente praticada entre várias mulheres que acreditavam que esta seria a única forma de evitar a gravidez. Dessa maneira, as militantes negras possuíam mais elementos para justificar suas afirmações, dentre as quais, de que no país existia um projeto racista visando à redução e/ou a extermínio da população negra e mestiça. A médica e ativista negra Jurema Werneck, baseando-se nos dados da PNAD de 1986, que foi realizado sob o requisito cor, organizou em 1990 uma campanha nacional contra a esterilização de mulheres negras.

Os dados da PNAD foram, portanto, questionados nos anos seguintes pelas militantes negras e também pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), - constituída para realizar investigações sobre a esterilização das mulheres negras e mestiças - ao concluir que o Estado não praticava uma política oficial voltada para o controle de natalidade dessa população. Contudo, o engajamento em torno da temática da saúde reprodutiva contribuiu para uma ampla abordagem das políticas de planejamento familiar entre grupos "pró-natalistas" e "antinalistas", assim como ampliou os debates sobre a questão da liberdade individual, focalizando nos direitos reprodutivos das mulheres de etnias descriminalizadas e também na obrigação do Estado em lhes garantir o pleno exercício desses direitos.

As ativistas negras, notadamente Maria do Espírito Santo, criticavam o fato de que além da cirurgia de esterilização, não existia nos serviços de saúde pública a difusão de informações e a oferta de métodos contraceptivos que ajudassem as mulheres a escolher conscientemente de qual maneira vivenciarão a sua sexualidade e a sua saúde reprodutiva.

Além disso, elas também exigiram do Estado atitudes eficazes para que o PAISM fosse implantado em todo o território nacional, bem como a criação de programas de saneamento básico, saúde e uma lei específica de regularização da esterilização cirúrgica no Brasil.

Nesse sentido, as discussões sobre sexualidade, contracepção e aborto que Maria do Espírito Santo procurou desenvolver como médica e militante feminista desde a década de 1970, no interior dos grupos de reflexão e do CMB e, em seguida, durante a criação e estruturação do PAISM, movimentos nos quais também participaram outras militantes negras, foram essenciais para a consolidação das políticas públicas em favor dos direitos da liberdade sexual e reprodutiva das mulheres brasileiras.

Considerações Finais

Como observado ao longo do texto, Maria do Espírito Santo participou ativamente dos movimentos feministas que se envolveram na luta contra a ditadura civil-militar, mas que também se engajaram na luta contra a supremacia masculina, contra as discriminações de sexo e pelo direito à sexualidade e ao prazer. A partir dos anos 1980, ela contribuiu no processo de redemocratização do país, e, com a criação do PAISM começou a trabalhar com políticas públicas direcionadas à saúde reprodutiva das mulheres.

Ainda nos anos 1970, ela militou no Partido Comunista que pretendia lutar contra as desigualdades sociais e assim, transformar a sociedade como um todo. Nesse período ela abriu mão da cirurgia para estudar as doenças infectocontagiosas e parasitárias e desse modo, ajudar as populações mais desfavorecidas. Porém, no interior desse grupo político, Maria do Espírito Santo começou também a se interessar pela igualdade de gênero e a pensar o feminismo enquanto prática de vida e prática política.

Como médica, a questão da saúde, em especial a saúde reprodutiva, sempre foi uma temática extremamente importante. No interior do Centro da Mulher Brasileira (CMB), primeira organização feminista constituída após o golpe militar de 1964, Maria do Espírito Santo procurou desenvolver ações em favor das questões ligadas ao aborto, à contracepção e aos direitos reprodutivos. Os debates que resultaram desses temas acabaram causando rupturas no interior da entidade, portanto Maria do Espírito Santo decidiu permanecer no CMB.

Os vínculos que Maria do Espírito Santo formou desde o seu engajamento no CMB contribuíram durante o processo de abertura democrática para a sua inserção nas instituições governamentais. Em conjunto com outras feministas ela participou da criação do PAISM. Nessa entidade ela trabalhou com outras militantes dos movimentos de mulheres e movimentos de mulheres negras que lutavam pela regulamentação da esterilização cirúrgica, pela implantação do programa do PAISM nas demais regiões brasileiras e pelos direitos à saúde sexual e reprodutiva. A partir da sua militância política, que esteve estreitamente ligada à sua trajetória profissional, Maria do Espírito Santo cooperou concretamente com os debates específicos aos problemas da saúde da mulher, e, a partir de então, contribuiu com a integração e disseminação de políticas públicas na área da saúde a fim de que fosse garantido às mulheres um atendimento público eficaz. As escolhas profissionais e políticas de Maria do Espírito Santo foram direcionadas ao que ela enxergou como os problemas sociais e as demandas para que estes problemas fossem solucionados.

Como resultado das mobilizações de Maria do Espírito Santo e de outras militantes, em 1987 o PAISM realizou a I Conferência Nacional sobre a Saúde da Mulher. O crescente número de entidades voltadas para essa questão possibilitou que em 1991 fosse criada a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, que agregou mais de 100 organizações.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. **Histórias do movimento negro no Brasil-depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

ALVES, Branca Moreira; Pitanguy Jacqueline; BARSTED, Leila Linhares; RIBEIRO, Mariska; BOSCHI, Sandra. **Espelho de Vênus: Identidade social e sexual da mulher**. Grupo CERES, São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

COSTA, Ana Alice. O feminismo "feminino" e a esquerda no Brasil. **Revista Feminismos**, Salvador, volume 2, nº2, p. 4-13, maio-agosto, 2014.

DAMASCO Maria Santos; MAIO Marcos Chor; MONTEIRO Simone. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). **Estudos Feministas**, Florianópolis, volume 20, nº1, p. 133-151, janeiro-abril 2012.

GONÇALVES, Renata. Sem Pão e sem rosas: do feminismo marxista impulsionado pelo Maio de 1968 ao academicismo de gênero. **VI Colóquio Internacional Marx e Engels**, Campinas, p. 2-10, novembro de 2009.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v.3 n.2, p. 464-478, 1995.

OSIS, Maria José Martins Duarte. Paism: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 14 (Supl.1), p. 25-32, 1998.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, volume 26, nº 52, p. 249-272, 2006.

PEREIRA, Amilcar Araujo. « **O mundo Negro** » a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil, (1970-1995). 2010. 268 páginas. Tese (doutorado)- Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Historia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PINTO, Céli Regina J. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. **Estudos Feministas**, Florianópolis, volume 12, nº2, p. 237-253, maio-agosto 2004.

PINTO, Céli Regina J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, volume 12, nº 2, p. 35-50, maio-agosto 2004.

SOIHET, Rachel. Encontro e desencontros no Centro da Mulher Brasileira (CMB) anos 1970-1980. **Gênero**, Niterói, volume 7, nº 2, p. 237-254, 1 semestre 2007.

VIEIRA, Odete. Libertemos Maria Aragão, **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 195, ano IV, nº 940, p. 2.

Entrevistas

Diva Moreira. Entrevista concedida a Tauana Olívia Gomes Silva. Belo Horizonte, Brasil, 17/11/2014.

Edna Roland. Entrevista concedida a Tauana Olívia Gomes Silva. Guarulhos, Brasil, 04/11/2014.

Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos (Santinha). Entrevista concedida a Roselane Neckel. (2 fitas cassete). Rio de Janeiro, Brasil, 14/02/2005. Acervo do LEGH/UFSC.



Sandra Maria da Mata Azeredo. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro. Florianópolis, Brasil, 27/11/2003. Acervo do LEGH/UFSC.